

**UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO CEARÁ - UECE**

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -  
Campus do Itaperi, Fortaleza/CE

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM  
TERRITÓRIO FLUMINENSE  
(1880-2000)**

**Layon Ignacio da Silva Costa  
Leandro Bruno Santos**

Citação: COSTA, L. I. S.;  
SANTOS, L. B. TRAJETÓRIA  
HISTÓRICA DA PRODUÇÃO  
INDUSTRIAL EM TERRITÓRIO  
FLUMINENSE (1880-2000).  
**Revista GeoUECE (Online)**, v.  
08, n. 15, p. 23-46, jul./dez. 2019.  
ISSN 2317-028X



## TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM TERRITÓRIO FLUMINENSE (1880-2000)

### HISTORICAL TRAJECTORY OF INDUSTRIAL PRODUCTION IN FLUMINENSE TERRITORY (1880-2000)

### TRAYECTORIA HISTÓRICA DE LA PRODUCCIÓN INDUSTRIAL EN TERRITORIO FLUMINENSE (1880-2000)

Layon Ignácio da Silva COSTA <sup>1</sup>

Leandro Bruno SANTOS <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG). E-mail: layonignacio@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do PPG. E-mail: leandrobruno@id.uff.br

#### RESUMO

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) exibe certo protagonismo no cenário político e econômico do país ao longo da história. Entre 1930 e 1980, o ERJ passou por relativa expansão e adequação aos processos modernizadores em suas estruturas urbano-produtivas, mas perdeu importância relativa no contexto nacional. Historicamente, o desenvolvimento econômico regional nunca foi homogêneo. Entretanto, a partir de 1995, o processo de perdas em relação à participação na economia nacional é estancado graças à expansão da indústria extrativista regional, sobretudo na Bacia de Campos. Assim, investimentos capazes de promover a reestruturação e ampliação das atividades produtivas são internalizados, trazendo uma nova realidade à economia estadual. Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma análise histórica da dinâmica dos investimentos industriais e sua localização em território fluminense entre os anos 1880 e 2000.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva. Dinâmica econômica. Localização industrial. Rio de Janeiro.

#### ABSTRACT

The State of Rio de Janeiro (ERJ) exhibits a certain role in the country's political and economic scenario throughout history. Between 1930 and 1980, the ERJ underwent relative expansion and adaptation to modernizing processes in its urban-productive structures, but lost relative importance in the national context. Historically, regional economic development has never been homogeneous. However, as of 1995, the process of losses in relation to participation in the national economy is stopped thanks to the expansion of the regional extractive industry, especially in the Campos Basin. Thus, investments capable of promoting the restructuring and expansion of productive activities are internalized, bringing a new reality to the state economy. This work has as main objective to carry out a historical analysis of the dynamics of industrial



investments and their location in the state of Rio de Janeiro between the years 1880 and 2000.

**Keywords:** Productive restructuring. Economic dynamics. Industrial location. Rio de Janeiro.

## RESUMEN

El Estado de Río de Janeiro (ERJ) tiene un cierto papel en el escenario político y económico del país a lo largo de su historia. Entre 1930 y 1980, el estado experimentó una relativa expansión y adaptación a los procesos de modernización en sus estructuras productivas urbanas, pero perdió una importancia relativa en el contexto nacional, lo que algunos autores han llamado de "vaciamiento" de la economía estatal. Históricamente, el desarrollo económico regional nunca ha sido homogéneo. Sin embargo, desde 1995 en adelante, el proceso de pérdida de participación en la economía nacional se detiene gracias a la expansión de la industria extractiva regional, especialmente en la cuenca de crudo de Campos. Por lo tanto, las inversiones capaces de promover la reestructuración y expansión de las actividades productivas se internalizan, trayendo una nueva realidad a la economía del estado. El objetivo principal de este trabajo es analizar la dinámica de las inversiones industriales y su ubicación en Río de Janeiro entre 1880 y 2000.

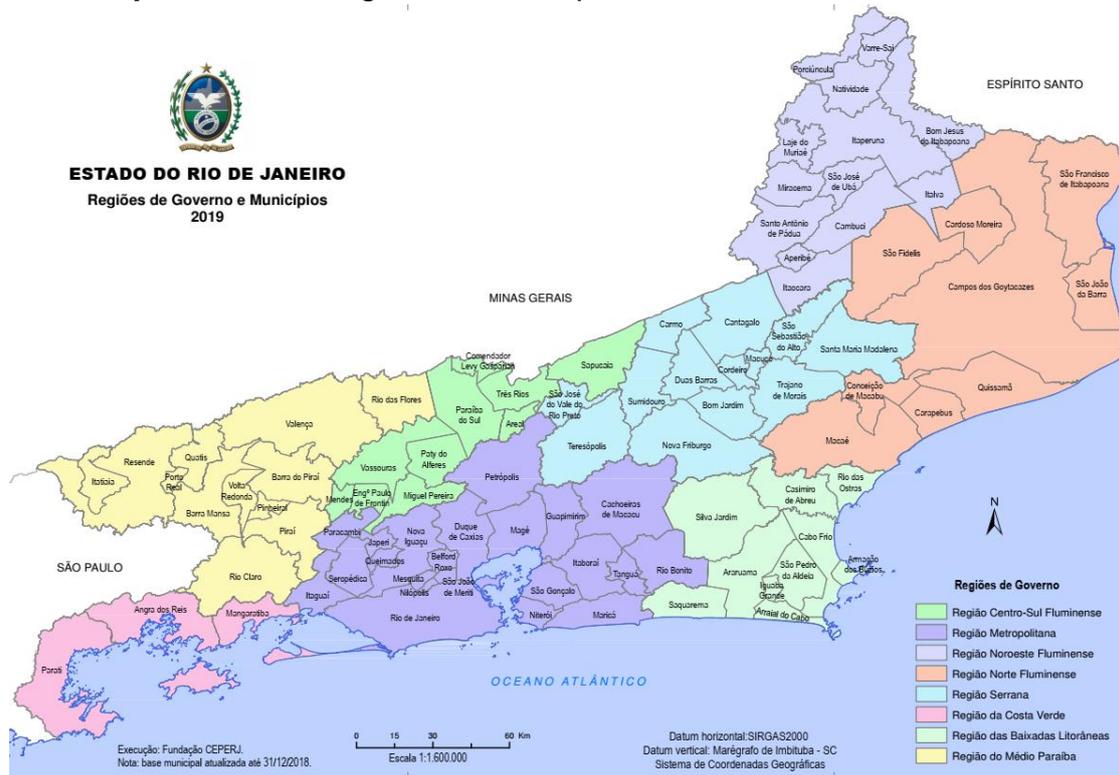
**Palabras-clave:** Reestructuración productiva. Dinámica económica. Localización industrial. Rio de Janeiro.

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória econômica e produtiva do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) (mapa 1), durante um extenso período, se confunde como a gênese do processo de estruturação e consolidação espacial da indústria brasileira. No entanto, quanto à estrutura econômica e industrial do ERJ, o estado sofreu relativa expansão e adequação aos processos modernizadores em suas estruturas urbano-produtivas ao longo do século XX, com perda de importância relativa em relação ao contexto nacional, fato interpretado como um processo de "esvaziamento" da economia estadual. Silva (2012) afirma que o termo é inadequado, visto que não houve perdas absolutas, mas apenas um descompasso entre o crescimento econômico do país e da economia do estado, que culminou na redução do percentual relativo deste na economia nacional.



Mapa 1: Divisão regional e municípios do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Ceperj, 2020.

As particularidades do processo de industrialização e de formação do tecido urbano do ERJ, de concentração das atividades industriais, têm a ver com a ocupação e a formação das áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e do seu interior, sendo notável que a participação histórica do interior na economia estadual é pequena, sendo a RMRJ a que apresenta maior capacidade de investimento e arrecadação.

Segundo Silva (2012), após o declínio da atividade cafeeira, houve uma queda na participação do setor secundário na geração de riqueza regional, acentuando a participação do terciário. Porém, mais recentemente, a maior participação do setor secundário na geração de riquezas, via atividade do petróleo, se apresenta como uma nova lógica na estrutura produtiva. O volume crescente de investimentos demonstra a retomada de crescimento na região fluminense, porém, não é demais lembrar que se trata de investimentos caracterizados por certa polarização na região metropolitana.

Este trabalho tem por objetivo principal o estudo da dinâmica dos investimentos industriais e sua lógica de localização em território fluminense, por meio da análise histórica do desenvolvimento econômico do ERJ ao longo dos



séculos XIX e XX, tendo em vista suas particularidades e seu papel no cenário produtivo nacional.

## 2. CONDIÇÕES PRÉ-INDUSTRIAIS DO TERRITÓRIO FLUMINENSE

Cabe aqui esboçarmos algumas considerações acerca das condições pré-existentes que colocaram o território fluminense num contexto de pioneirismo industrial brasileiro, tendo em vista que, entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o estado detinha o maior parque industrial do país. Sendo assim, devemos nos atentar para a trajetória histórica do desenvolvimento econômico, muito atrelada à política e à economia nacional, do território fluminense.

Entretanto, só podemos considerar sua inserção econômica, de fato, a partir do século XVIII, período marcado pela intensificação do processo de ocupação da Região Sudeste do país. A descoberta de ouro em Minas Gerais e o desenvolvimento subsequente da agricultura contribuíram substancialmente para o surgimento de diversos núcleos de povoamento no território fluminense, tanto na parte litorânea, onde se desenvolviam as atividades portuárias, quanto no seu interior, onde as rotas que faziam conexão entre a área de mineração até a região portuária ensejavam a consolidação e a dinamização de povoados.

A crescente atividade portuária, o desenvolvimento da cultura de cana de açúcar e, num período posterior, a instalação da sede administrativa da colônia na cidade do Rio de Janeiro contribuíram para a consolidação de um núcleo urbano consistente às margens da Baía de Guanabara. Alguns povoados foram estimulados pelas atividades econômicas existentes em Minas Gerais, ao passo que outros, inicialmente dinamizados pela pecuária extensiva, passaram pelo incremento da importância econômica das atividades de produção sucroalcooleira e de aguardente posteriormente (SILVA, 2007).

A atividade mineradora desviou a dinâmica econômica colonial do Nordeste para o Sudeste, ensejando, conseqüentemente, um planejamento logístico e a melhoria da infraestrutura existente, para que a produção e a fiscalização dessa atividade se dessem de maneira eficiente. Este panorama explica, em boa medida, as motivações que fomentaram a transferência da capital administrativa da Colônia de Salvador (BA) para a Cidade do Rio de



Janeiro (CRJ), no ano de 1763. Nesse momento, o território fluminense já havia se estabelecido como um importante nó portuário de abastecimento para navios que faziam a defesa do litoral Sul da colônia. A transferência da capital possibilitou a concentração econômica em território fluminense, na medida em que o aumento de produtividade canavieira permitiu a estruturação de uma economia agroexportadora em regiões vizinhas à CRJ, tendo o açúcar e a aguardente como produtos principais (SILVA, 2007).

Tendo o seu porto marítimo como principal rota de entrada e saída de um dos mais importantes fluxos mineradores do século XVIII, de atividade cafeeira do século XIX e, também, por ter sido sede do governo central desde 1763, a CRJ usufruiu de parte importante do excedente econômico gerado, assim como de uma parte considerável dos gastos públicos ao longo de 200 anos (CANO, 1998).

No ano de 1808, a transferência da corte portuguesa para o Brasil foi um importante marco na história nacional. A CRJ, particularmente, passou por vultosas transformações de cunho econômico, urbano e social, oriundas de investimentos realizados num espaço urbano reduzido. Segundo Cano (2002, p. 50), tal fato antecipou o processo de independência, liberação dos portos, a maior liberdade comercial e industrial “[...] praticamente liquidaram o estatuto colonial”. Além disso, segundo o autor, “[...] “a criação do primeiro banco e o incremento na circulação monetária” aceleraram o processo, já em andamento, da ascensão de uma burguesia nacional que, mais adiante, com a ajuda do Estado, colocaria novamente o país na rota dos fluxos comerciais internacionais com o café.

Esse panorama positivo fomentou uma significativa organização econômica e urbana em território fluminense, mais especificamente na CRJ. A mesma se caracterizava por ser um polo de atração de fluxos populacionais e econômicos no cenário nacional. Aos olhos do restante do país, o espaço carioca representava o que havia de mais avançado no espectro econômico, político e cultural (COSTA, 2019).

Tais fatos permitiriam à CRJ experimentar um considerável e consistente crescimento urbano e econômico, mesmo diante de um cenário de estagnação vivida pela decadência da economia da mineração. Os profusos “surtos” industriais que ocorreram entre a chegada da corte portuguesa, em



1808, e a proclamação da independência, em 1822, são indicativos das particularidades vividas pela economia carioca (PIGNATOM, 1977).

Outro ponto importante foi o advento da cafeicultura em território fluminense, sendo crucial na dinamização e estruturação do espaço, ensejando as condições prévias para o processo de industrialização, como, por exemplo, a inserção mais expressiva do país nos fluxos comerciais internacionais e a construção de maciça infraestrutura de escoamento para exportação. Portanto, ao longo do auge da economia do café, ocorreram mudanças substanciais na estrutura econômica nacional, porém mais intensamente, nos locais de produção e exportação.

Importante lembrar que foi em terras fluminenses que a cafeicultura teve sua inserção com sucesso enquanto atividade econômica central num modelo agroexportador. A cultura do café foi inserida em território fluminense no final do século XVIII e teve seu auge entre as décadas de 1820 e 1870, quando o ERJ se tornou o maior exportador mundial do produto. A princípio, a cafeicultura surgiu como complementar à atividade canavieira, mas, com a elevação dos preços internacionais, assumiu maior protagonismo e se expandiu para a região da serra fluminense. A cafeicultura contribuiu para a organização e a integração fluminense, ensejando uma maior densidade econômica no interior.

No entanto, Silva (2007, p. 39) atenta para a forma com a qual devemos analisar os efeitos da cafeicultura no território fluminense, separando-o nos espaços carioca e fluminense, visto que foram separados institucionalmente em 1834. O autor elenca duas principais consequências dessa separação:

[...] 1) a delimitação oficial do raio de alcance dos gastos públicos, agindo no sentido de acentuar as desigualdades infraestruturais existentes entre a “cidade” e o “restante”; 2) pensando em termos de divisão espacial do trabalho, restou à velha província fluminense o papel de produtora primária, através de culturas executadas em latifúndios escravistas. À cidade-capital imperial couberam as funções burocráticas de sede administrativa e de espaço abarcador da estrutura urbana de serviços, originada para dar suporte à comercialização e ao financiamento da atividade agromercantil.



A consolidação do ERJ – enquanto CRJ e região interiorana do Estado – nessa posição central ocorreu ao longo do século XIX, em razão do desenvolvimento da atividade cafeeira. Para Silva (2007, p. 40), “[...] o café transformou o Rio em sede principal do capital mercantil e, logo a seguir, do capital financeiro, além de fortalecer sua centralidade no que dizia respeito às decisões políticas do país”.

Até os anos de 1835, todo o território do atual ERJ formava o Município da Corte. Porém, a partir do mesmo ano, criam-se duas áreas administrativas distintas com interesses próprios e que paulatinamente se distinguem em “[...] termos de espaços produtivos e vias de comunicação, com a desativação de ferrovias e a decadência de portos no antigo estado do Rio de Janeiro” (LIMONAD, 1996, p. 112).

Ao contrário do estado de São Paulo, que se desenvolveu juntamente com seu interior, subordinando-o a uma divisão territorial do trabalho, a CRJ nunca dependeu exclusivamente do interior para o seu abastecimento de gêneros alimentícios (NATAL, 2005). Mais adiante, observaremos como a junção desses fatores (duas áreas administrativas e não dependência do interior para abastecimento de alimentos) fornecerá, ao mesmo tempo, o ambiente necessário para a industrialização da CRJ e para a posterior perda de hegemonia econômica e industrial.

### **3. A INDÚSTRIA EM TERRITÓRIO FLUMINENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX**

Ao final do século XIX, mais especificamente após 1889, diversas transformações econômicas alteraram o cenário até então existente. O excedente econômico gerado pela cafeicultura fluminense foi catalisado pelo sistema de crédito e pelos novos bancos, graças à reforma bancária de 1889. Tal condição contribuiu na transição de uma manufatura para a constituição de uma nascente indústria no ERJ, tanto na CRJ (cidade do Rio de Janeiro) quanto nas cidades próximas (LIMONAD, 1996).

Entre o final do século XIX e início do XX, a atividade cafeeira se expandia em São Paulo; nesse momento, a CRJ passava por um surto industrial com a ampliação de sua capacidade produtiva, envolvendo as cidades de



Petrópolis e Nova Friburgo. Alguns elementos contribuíram para essa condição, a saber: *primeiro*, o aumento da oferta da mão de obra assalariada graças à abolição da escravatura; *segundo*, a melhoria dos meios de transportes e das condições de circulação desde 1870; *terceiro*, o aumento da oferta de crédito por meio da reforma bancária e da criação de mecanismos cambiais e de proteção tarifária (LIMONAD, 1996).

Após a década de 1880, a produção cafeeira em território fluminense mostrava sinais de perda de produtividade. Com isso, aumentaram as pressões por parte dos produtores por política pública que subsidiasse a agricultura, pois a mesma operava a custos crescentes. A perda de vitalidade do setor primário não atingiu, num primeiro momento, o setor comercial, pois, vale lembrar que, além de diversificado, ele recebia tributações de outras regiões agrícolas do sudeste, sem contar que, naquele momento, a CRJ era o núcleo nervoso do setor financeiro do país, possuindo a única bolsa de valores e as sedes dos mais importantes bancos nacionais e estrangeiros da época (SILVA, 2012).

Até os anos de 1850, a atividade industrial fluminense era bastante rarefeita. Nela, apenas se destacavam fabriquetas que atendiam necessariamente o mercado local. No entanto, a partir dos anos de 1870, [...] “a expansão industrial seria qualitativamente diferente dos surtos manufatureiros anteriores” (PIGNATON, 1977, p. 144), pelo uso intenso de trabalhadores assalariados e máquinas a vapor.

Desse modo, a indústria ganhou maior importância econômica no contexto nacional, sediando as mais modernas plantas fabris à época, notadamente a implantação de grandes indústrias têxteis, que se destacavam não apenas por suas maiores dimensões, mas também pelo volume de capital investido e pela utilização de mão de obra livre e assalariada em suas linhas de produção (SILVA, 2007).

No entanto, se por um lado a CRJ conseguia manter sua prosperidade econômica, o interior sofria com a decadência da cafeicultura. Até 1864, o socorro financeiro aos agricultores fluminenses era feito pelas casas bancárias (TANNURI, 1981). Na década de 1880, o Brasil passou por transformações políticas, sociais e econômicas importantes, destacando-se a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. Foi pela primeira vez que a cafeicultura fluminense perdeu seu imobiliário – escravocrata



- e sua liquidez, fazendo com que sua situação financeira se agravasse ainda mais (SILVA, 2007). Limonad (1996) chama a atenção para este ponto, quando cita a intensa utilização de mão de obra escrava nos cafezais fluminenses, apontada como umas das causas para sua superação pela cafeicultura paulista.

No decorrer do encilhamento<sup>1</sup>, a cafeicultura fluminense decaiu da sua fase áurea e o setor financeiro foi obrigado a diversificar seus investimentos, o que acabou em adesões significativas às ações de empreendimentos industriais, notadamente após 1889 (TANNURI, 1981). O encilhamento foi o momento oportuno de crescimento industrial no Rio. Houve uma nova relação de poder na estrutura econômica nacional, em que a Bolsa de Valores começou a servir como um importante instrumento de canalização de capital para a indústria e a recém-criada lei das sociedades anônimas ajudou na proliferação de empreendimentos industriais (LOBO, 1978). Assim, é importante a análise da expansão da indústria fluminense no fim do século XIX, auxiliada pela política de fomento industrial por parte do governo e pela situação cambial do país à época (desvalorização da moeda em relação à libra), que proporcionou, por parte de alguns setores, a conversão de ativos financeiros em empreendimentos produtivos (SILVA, 2007).

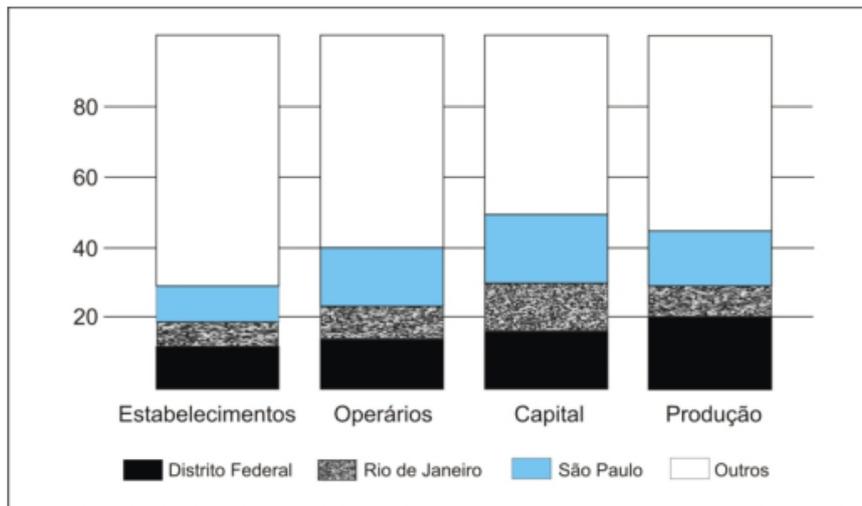
Nos primeiros anos do século XX, a CRJ era considerada o mais importante parque industrial do país, com prevalência nos setores têxtil, alimentício, químico e metalúrgico. O peso da indústria fluminense no cenário nacional era da ordem de 30% em 1907, seguido por São Paulo, com 16,1% (gráfico 1). Se somarmos a produção da antiga província fluminense (7,7%), a região do atual ERJ respondia por cerca de 38% do total nacional.

---

<sup>1</sup> Segundo Levy (1994), foi o nome dado ao movimento de financeiro de cunho especulativo ocorrido no Rio de Janeiro após a Proclamação da República, desencadeando uma crise financeira e institucional durante a República da Espada.



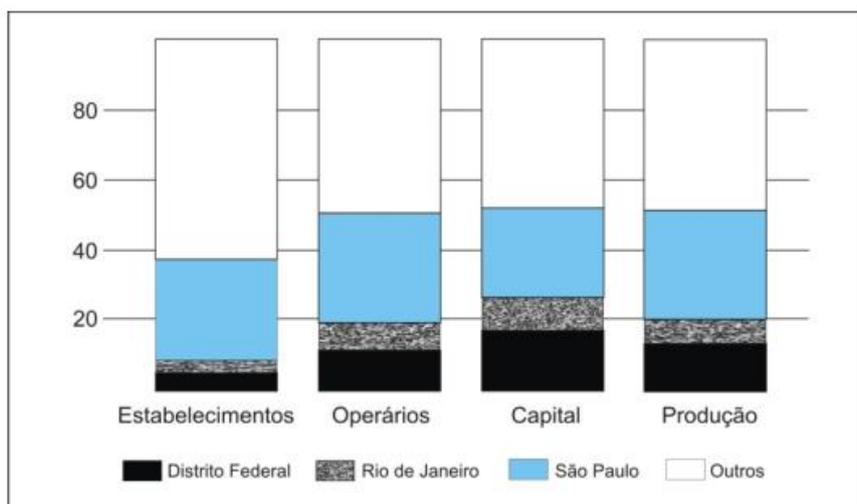
**Gráfico 1:** Participação na produção da Indústria Brasileira: 1907 (em %)



Fonte: Censo Industrial (*apud* Silva, 2007)

Quando analisamos os percentuais apresentados entre os censos industriais de 1907 e 1919, notamos a perda de importância relativa da indústria fluminense face à paulista. Em 1919, os percentuais do atual ERJ atingiram 22,3%, exibindo redução frente ao período anterior (gráfico 2). As razões e os condicionantes por trás da perda de importância do ERJ diante de seu vizinho são diversos e exigem inúmeros esforços analíticos.

**Gráfico 2:** Participação na produção da Indústria Brasileira: 1919 (em %)



Fonte: Censo Industrial (*apud* Silva, 2007)

Limonad (1996) aponta alguns elementos responsáveis por essa perda relativa, como a produção industrial direcionada quase que exclusivamente para o mercado interno regional e a falta de condições para garantir matérias-primas



a um fluxo regular e de baixo custo compatível com o crescimento produtivo da época, fato esse que fazia com que os custos de produção e os salários se elevassem.

Pignaton (1977) aponta que a superação paulista, sobretudo entre os anos de 1909 e 1913, esteve relacionada com o aumento da capacidade de importação, a entrada de capital externo e o incremento nas exportações de borracha e café. A diversidade produtiva apresentada pela estrutura industrial fluminense demonstrava a existência de diversos e frágeis setores industriais que necessariamente atendiam o mercado local (CANO, 1998). Em contrapartida, a indústria paulista, durante os anos 1920, “[...] havia consolidado um perfil industrial orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantado” (MELO; CONSIDERA, 1986, p. 113).

Os desdobramentos causados pela crise cafeeira no Brasil e pela Primeira Guerra mundial prejudicaram o vigor financeiro e de acumulação da indústria fluminense, fazendo com que, após esse período, São Paulo iniciasse sua consolidação como principal parque industrial do país (CANO, 1998; VERSIANI, 1993). Assim, a partir desse período, a trajetória do desenvolvimento e expansão da indústria fluminense ocorreu em caráter subalterno, ou seja, complementar e subordinado ao seu vizinho.

Por volta dos anos 1920, a indústria fluminense já operava a custos superiores àqueles apresentados pela paulista e, por consequência, à medida que a indústria e a integração nacional se desenvolviam, a indústria fluminense foi sendo substituída pela indústria paulista, até mesmo no mercado local (SILVA, 2007). No final dos anos 1920, São Paulo já respondia por cerca de 35% do PIB industrial do país, enquanto o percentual do ERJ decresceu para 27%, sendo que 21% era concentrado pela CRJ, restando ao interior fluminense apenas 6% da produção nacional, que à época se assemelhava ao apresentado por Pernambuco (MELO; CONSIDERA, 1986). No entanto, apesar dessa considerável queda relativa, o ERJ se manteve como segundo maior parque industrial do país, sustentando centralidade em alguns setores.

Sem a intenção de relativizar o processo de perdas, Silva (2007, p.107) salienta que “[...] devemos considerar que suas perdas são em boa medida resultantes do processo de concentração da produção industrial em São Paulo”.



O ERJ, a exemplo de outras economias regionais, se moderniza, porém numa cadência menos veloz que o país. Cano (1998, p. 260-261) salienta que:

[...] a região teve [...] excelentes condições para desenvolver um setor industrial mais amplo. Entretanto, algumas ressalvas devem ser feitas para demonstrar que essa aparente excepcionalidade teve contra si uma série de fatos que atenuaram sua capacidade germinativa [...] deficientes condições de operação e acumulação da economia escravista cafeeira e as políticas cambial e tarifária [...] não favoreceram a industrialização mais decisiva.

Para Costa (2019), essas características justificariam a constituição de uma fragilidade da indústria local. Mais adiante, salienta também que o declínio da atividade cafeeira não seria suficiente para demonstrar a perda relativa de crescimento econômico local, tendo em vista que, entre 1880-1890 – momento mais profundo da crise cafeeira –, o ERJ se consolidava como sendo a principal praça financeira e industrial do país.

É importante chamarmos a atenção para o fato que todo o setor primário da economia fluminense estava fragilizado, não apenas a cafeicultura. Consequência dessa fragilidade era a necessidade de recorrer a mercados produtores vizinhos para garantir o abastecimento interno (LIMONAD, 1996), o que Lobo (1978) denominou de “vazamentos” de renda para outros estados. Assim, tivemos o comprometimento da qualidade na acumulação em território fluminense, pois, além dessa maior fuga de capitais, outra consequência era a elevação dos custos de vida local, pressionando os salários locais para cima.

Somando a fragilidade agrícola à forte presença do poder público e do financeiro e mercantil, o resultado seria a transformação numa das economias mais urbanizadas do país, o que, segundo Silva (2007, p. 109), “[...] na época não se convertia em nenhuma vantagem”, pois o censo de 1919 mostrava que 61,6% da população se ocupava do setor de serviços, muitos sem um contrato formal de trabalho, comprometendo a renda e a vitalidade econômica da CRJ, mesmo que o crescimento demográfico pudesse ser indicativo de crescimento econômico (LESSA, 2000).

Os fatos acima citados, conforme salienta Limonad (1996), tendem a explicar o desinteresse do capital produtivo em se manter em território fluminense, por conta da perda de importância econômica e industrial. A



economia fluminense passa a ser marcada por um redirecionamento dos capitais para atividades mais lucrativas, porém especulativas e de baixa consolidação do mercado de trabalho, tais como o mercado imobiliário, a construção de infraestrutura urbana e os serviços comerciais e financeiros.

#### 4. DO “ESVAZIAMENTO” À ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA (1930-90)

Como já visto anteriormente, é inegável o protagonismo do ERJ no cenário político e econômico do país ao longo da história, exercendo o papel de centro político e, em alguns momentos (até 1930), de principal economia industrial do país. Do ponto de vista da produção, dentro de um contexto de desenvolvimento industrial nacional, o território fluminense abrigou os setores de base e intermediários (CSN em 1941, CVRD em 1942, Petrobrás em 1953, Reduc em 1961, entre outros).

A presença de uma indústria de base de cunho estatal, bem como a presença reduzida do capital estrangeiro, demonstra que o Estado supera suas funções meramente administrativas e passa a ter uma participação mais direta na estrutura produtiva regional, tornando-se o articulador dessa estrutura e principal dinamizador econômico em vários setores, especialmente em áreas mais afastadas do polo no entorno da capital federal (LIMONAD, 1996).

No que tange à estrutura produtiva estadual, Silva (2012) chama a atenção para o fato que exclusivamente eram indústrias de transformação, sendo a participação da indústria extrativista correspondente a apenas 0,5% (tabela 1), situação que viria a se modificar a partir dos anos 1980, com a exploração na Bacia de Campos, quando a participação desse setor passou a crescer a taxas altíssimas, invertendo a importância entre indústria de transformação e de extração no valor adicionado, com maior participação desta última.

**Tabela 1:** Estrutura industrial fluminense – 1949-80 (%)

Classe/gênero	1949	1959	1970	1975	1980
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Extrativista Mineral	0,4	0,7	0,6	0,4	0,5
Transformação	99,6	99,3	99,4	99,6	99,5

Fonte: IBGE – censos industriais, apud Silva, 2012.



Quanto à participação do ERJ na indústria nacional, a tendência é de queda na participação relativa. Apesar de apresentar uma expansão significativa em alguns setores produtivos, de modo geral, a indústria fluminense não conseguiu impedir sua diminuição na participação diante da indústria nacional. No período de 1939 a 1980, a participação da indústria regional no montante nacional caiu de 27,9% para 9,7% (tabela 2), demonstrando que outras unidades federativas conseguiram alcançar maior percentual de participação no período (SILVA, 2012).

**Tabela 2:** Participação fluminense no Valor de Transformação Industrial (VTI) brasileiro (%) – 1939-1980

Classe/gênero	1939	1949	1959	1970	1975	1980
<b>Total</b>	<b>27,9</b>	<b>20,3</b>	<b>17,3</b>	<b>15,3</b>	<b>13,2</b>	<b>9,7</b>
Extrativista Mineral <sup>2</sup>	15,5	4,6	5,3	3,3	2,2	1,4
Transformação	28,2	20,6	17,6	15,7	13,5	10,1

Fonte: IBGE – censos industriais, apud Silva, 2012.

Do ponto de vista econômico, o ERJ, ao longo do século XX, sofreu relativa expansão e adequação aos processos modernizadores em suas estruturas urbano-produtivas, mas sua trajetória se diferencia de outras médias estaduais, tornando sua expansão menos abrangente e com queda de participação na renda média da região. Quando se observa essa trajetória, comumente ela é interpretada como sendo um processo de “esvaziamento” ou “decadência” de sua economia. Ou seja:

[...] apesar de ter experimentado crescimento médio anual da ordem de 6% (contra os 7,2% alcançados pelo conjunto do país), a participação da região no PIB brasileiro caiu de 21% para 13%, entre 1939-80. Vale assinalar que, em todos os setores, a expansão do produto bruto fluminense foi inferior à taxa nacional, cabendo à indústria não somente a maior taxa, como também a mais distanciada da média brasileira (SILVA, 2012, p. 42).

Para o autor supracitado, o termo “esvaziamento” traz consigo a ideia de perda ou destruição de capacidade produtiva, não sendo a forma mais precisa de se descrever a dinâmica econômica fluminense ao logo do período de

<sup>2</sup> A perda na atividade extrativa mineral é apenas relativa, devido ao ganho de outras regiões do país. Na época, o mineral monazita, importante alternativa ao urânio, era amplamente explorado nas praias do norte fluminense.



industrialização brasileira, haja vista sua trajetória expansiva. Embora a economia do ERJ tenha sofrido com importantes perdas – destaca-se, por exemplo, a mudança de diversos setores da administração pública para Brasília, perdendo a dinamização oriunda dos altos salários do funcionalismo público -, não se verificou uma perda real na renda da economia fluminense.

O termo “esvaziamento” só caberia em casos de perdas reais face a outras unidades federativas de estrutura semelhante em um período maior de tempo (MAGALHÃES, 1983). Trata-se, portanto, de um termo inadequado para retratar as dinâmicas no ERJ, visto que não houve perdas absolutas, mas apenas um descompasso entre o crescimento econômico do país e os índices apresentados pela economia do estado, que culminou na redução do percentual relativo deste na economia nacional (SILVA, 2012).

As perdas relativas do ERJ foram ocasionadas por dois movimentos distintos, porém combinados: a expansão industrial pelo território nacional e, por outro lado, as perdas significativas de outros ramos da economia fluminense (SILVA, 2004). É importante considerar que a incorporação de novos espaços do país à dinâmica capitalista teria como consequência uma desconcentração, ao menos estatística, da renda. A economia fluminense, por ser pioneira em vários setores, não conseguiu acompanhar o crescimento médio de outros espaços no mesmo período de tempo, perdendo, conseqüentemente, participação relativa no montante nacional.

De outro modo, o esvaziamento da economia fluminense teria suas raízes no início do século XX, momento no qual a trajetória da economia paulista já dava seus sinais de protagonismo. Assim, a relativa perda de participação vivenciada pelo ERJ estaria vinculada ao modo como se processou de forma complementar e subordinada ao desenvolvimento paulista (MELO; CONSIDERA, 1986). Essa interpretação põe ênfase na divisão interregional do trabalho, em que o Rio de Janeiro, apesar de tornar-se o *locus* da produção industrial entre finais do século XIX e início do XX, não logrou a instalação de indústrias mais complexas após os anos 1930, sendo inserido de forma subalterna à divisão territorial do trabalho comandada por São Paulo.

É importante salientar que, durante o período aqui analisado, o desenvolvimento da economia em questão está se referindo a duas unidades federativas: a do ERJ e do Estado da Guanabara. A participação do antigo ERJ



na economia nacional, em oposição aos decréscimos sofridos pelo estado da Guanabara, fez com que as perdas relativas do atual ERJ fossem compensadas, ora pelos investimentos que se interiorizaram, ora pelo desenvolvimento das áreas no entorno da cidade do Rio de Janeiro. Antes da fusão<sup>3</sup>, esses dois estados exibiam cadências bem distintas, porque o Estado do Rio de Janeiro apresentava aumento de sua participação no cenário nacional, enquanto a Guanabara exibia declínio.

Assim, temos uma peculiar característica institucional vivida pela região fluminense, até o período de fusão nos anos 1970, em que a expansão de um polo dinâmico - a cidade do Rio - se traduz no desenvolvimento da economia de outra unidade federativa, porém, de um mesmo corpo econômico que se espalhava em seu entorno. Ou seja, não se tratava de uma cisão, era antes de mais nada uma divisão territorial do trabalho que se forjava, com as sedes e comando na cidade do Rio de Janeiro, enquanto a produção, por questões locais (aumento dos salários locais, falta de terrenos para instalação de plantas industriais, entre outros), se disseminava nas franjas do estado vizinho (COSTA, 2019).

A organização espacial peculiar de uma *região econômica única*, descontínua, não uniforme e separada institucionalmente, torna-se objeto central de análise. Assim, tal região descontínua economicamente entre a região metropolitana e o interior contribuiu para agravar as projeções que já eram ruins (COSTA, 2019). Em relação ao antigo estado do Rio de Janeiro, os investimentos, recebidos ao longo das décadas de 1940 e 1950, fomentaram consideravelmente o espaço econômico que se encontrava estagnado desde a falência da cafeicultura.

A necessidade<sup>4</sup> de expansão da indústria fluminense para outras áreas do ERJ, principalmente para o seu interior, esbarrava principalmente num gargalo físico e estrutural da CRJ: a ausência de uma ligação física<sup>5</sup> com o interior do ERJ. Sendo assim, sua expansão se deu em direção a sua área metropolitana. Outro aspecto que contribuiu para o “esvaziamento” econômico

<sup>3</sup> Ocorrida em 15 de março de 1975 com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em que o novo Estado manteve a denominação do último.

<sup>4</sup> Em função da baixa oferta de novas áreas industriais na CRJ.

<sup>5</sup> O que mais tarde seria sanada com a inauguração, em 4 de março de 1974, da ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como ponte Rio-Niterói.



foi a transferência da capital federal para Brasília. Embora não tenha sido o único fator responsável pela perda relativa de dinamismo econômico, no entanto, intensificou um processo em curso desde o início do século XX (MORAES; SANTOS, 2019).

A transferência da capital federal para Brasília foi um marco simbólico de um processo de esvaziamento econômico (ARAUJO, 2005). Seus efeitos foram sentidos antes mesmo da transferência ocorrer em 1960. Segundo Magalhães (1983), logo que foram iniciadas as obras na capital federal, houve a estagnação das atividades federais na cidade, implicando numa redução das atividades locais a ela vinculada. Como colocado anteriormente, a precariedade das infraestruturas existentes no interior do estado se constituiu num gargalo importante no processo de entrave econômico, mas não determinante, das perdas econômicas relativas, fruto da separação histórica da economia da CRJ em relação ao interior do estado (ARAUJO, 2005).

Oliveira (2003) defende que o “esvaziamento” econômico fluminense está associado ao desenvolvimento, expansão e posterior queda de uma modelo de industrialização intensamente centrado na CRJ até os anos 1930, assim como à crise financeira internacional desencadeada pelo declínio do sistema fordista, que provocou uma reestruturação produtiva capaz de gerar mudanças significativas na organização industrial, nas últimas décadas do século XX. Isto é, o modelo industrial fluminense ficou obsoleto com a ausência de sustentação financeira e das estruturas público-burocráticas que geravam demasiada demanda produtiva.

A década de 1980 foi marcada pelo rompimento, em âmbito nacional, do crescimento anterior estabelecido pelo processo de industrialização brasileira. De certa forma, salvo alguns breves momentos de fôlego econômico, o ambiente econômico nacional foi de rigorosa instabilidade econômica. Nesse cenário, a economia fluminense prosseguiu com sua trajetória de perdas relativas na produção nacional, tendo acumulado um crescimento, no período, de apenas 2,65% e sua participação no PIB nacional recuou para 12,3% (tabelas 3).



**Tabela3:** Participação do ERJ no PIB brasileiro – 1980-90(%)

Setores/ano	1980	1985	1990
Indústria	11,9	11,8	10,5
Serviços	18,2	13,9	15,4
Agropecuária	2,0	1,4	1,8
<b>Total</b>	<b>13,2</b>	<b>12,4</b>	<b>12,3</b>

Fonte: Ibre (1972); IBGE (1980, 1985 e 1990) *apud* Silva (2012)

As perdas mais relevantes foram em três grandes setores, sendo mais expressiva a redução no terciário. É bom lembrar que a queda de seu desempenho – 18,2% para 15,4 – está ligada à diminuição dos gastos públicos e à queda real da renda na região, resultado da desordem econômica nas contas do estado brasileiro no período de mudança da capital federal (SILVA, 2012). O setor primário reduziu sua participação de 2% para 1,8%, em função de problemas de infraestrutura e da expansão da produção com o avanço da fronteira agrícola (fomentada pelas políticas de incentivo à exportação). A indústria teve redução mais tímida, porém significativa, tendo em vista o contexto de desestruturação industrial regional, notadamente para indústria localizada na RMRJ, e pelos efeitos secundários da desconcentração produtiva nacional.

Houve certo descompasso das taxas de crescimento econômico apresentadas entre o interior fluminense e a RMRJ (tabela 4).

**Tabela 4:** Índice do produto real do ERJ<sup>6</sup> – 1981-1989

Região	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ERJ	95,6	97,7	87,6	95,4	88,8	101,8	99,3	99,1	102,7
Interior	95,1	99,2	102	95,5	107,7	101,1	105,3	105,1	107,6
RMRJ	95,7	97,4	84,7	83,4	85,0	102	98,1	97,9	101,7

Fonte: Fibge e Cide *apud* Silva (2012)

Base:1980=100

Segundo Silva (2012), é possível perceber que o melhor desempenho do produto interno do interior se estabelece por volta de meados de 1980, graças à expansão da produção petrolífera na bacia de Campos, não desconsiderando a expansão de outros setores. Por outro lado, o menor desempenho da RMRJ pode ser explicado pelos obstáculos enfrentados pelos setores de serviços e pelo declínio das atividades de transformação.

<sup>6</sup> O índice foi construído tendo como base o ano de 1980, para o qual a referência foi de 100%. Os demais anos foram construídos com deflator, considerando o crescimento real, descontada a inflação.



Para Silva (2012, p.60), esses resultados “[...] indicam o começo do estabelecimento de um importante padrão de desenvolvimento da indústria fluminense: a contínua expansão da importância relativa da indústria extrativista na composição do produto interno industrial estadual”. Embora a fatia participativa da indústria fluminense em contexto nacional tenha se mantido quase inalterada na primeira metade dos anos 1980, a importância relativa da indústria de transformação foi reduzida de 10,1% para 9,5%, ao passo que a indústria extrativista aumentou sua importância de 1,4% para 13,3%.

Entre 1985 e 1990, a indústria de transformação, beneficiada com a leve recuperação econômica do país, aumentou sua importância para 10,2%, enquanto a indústria extrativista atingiu 48,5% (SILVA, 2012). Assim, o fraco desempenho da economia fluminense ao longo dos anos 1980 está ligado ao baixo dinamismo industrial, que é explicado, em parte, pela concentração de atividades produtivas complementares ao parque industrial nacional e, por conseguinte, pela demanda do mercado interno brasileiro. Como o mercado interno é basicamente formado por consumidores ocupados no setor terciário, o seu baixo dinamismo contribuiu para a situação econômica em questão, tendo em vista seu impacto relevante na renda da economia regional.

Oliveira (2003) defende que a dinâmica da economia fluminense, ao longo dos anos de 1980, estaria relacionada ao processo de reestruturação produtiva. Segundo o autor, a crise econômica vivenciada no período teria sido causada, em grande medida, pela desestruturação ocorrida em setores importantes da indústria estadual – naval, químico, metalúrgico, entre outras –, por conta da redução de suas demandas em função de sua estrutura obsoleta diante da concorrência internacional. Assim como na análise realizada neste texto, a maioria dos trabalhos anteriores leva em consideração os eventos históricos de diferentes amplitudes que teriam afetado os setores industriais mais importantes.

## 5. UM PERÍODO DE “INFLEXÃO” ECONÔMICA (1990 -2010)

Num período mais recente, mais especificamente a partir de finais dos anos 1990, com a valorização de *commodities* como o petróleo, a descoberta de novas jazidas de petróleo no pré-sal e o incremento dos investimentos na sua cadeia produtiva (estaleiros, portos, refinarias etc.), a recuperação da



capacidade de investimento do estado, o ERJ conheceu uma dinamização econômica e um tímido processo de interiorização das atividades de produção industrial. Essa interiorização das atividades produtivas, alavancada pela indústria petrolífera no norte fluminense e pela indústria automobilística e metal-mecânica no Médio Vale do Paraíba, fez com que inúmeros estudos direcionassem seus esforços para analisar tal fenômeno, majoritariamente até 2010.

A despeito das perdas relativas sofridas ao longo de quase todo o século XX, o ERJ manteve-se como segunda maior economia do país. Em 2007, o PIB fluminense era da ordem de R\$ 350 bilhões, o que correspondia a 11,6% do PIB nacional, tendo a economia paulista e mineira em primeiro e terceiro lugares, respectivamente. Destacamos também que, no período entre 1996 e 2007, o crescimento do PIB foi da ordem de 38,1%, um ganho real de renda *per capita* em 19,7% (tabela 5).

**Tabela 5:** PIB do ERJ – 1996 e 2007

Ano	PIB		Produto real		PIB <i>per capita</i>	
	Corrente (R\$1000)	2007 (R\$1000)	índice	% a.a.	Corrente (R\$)	2007 (R\$)
1996	99.144.243	251.678.742	100	---	7.255,53	18.414,2
2007	347.590.056	347.590.056	138,11	3,29	22.059,23	22.059,2

Fonte: Cide (2009)

Houve uma relativa diversificação na estrutura econômica fluminense, no entanto, o setor terciário e as atividades industriais somam quase que a totalidade do PIB. A tabela 6 indica certa convergência entre os setores de serviços e industrial, observando que, entre 1996 e 2007, a participação dos serviços foi reduzida de 70,5% para 49,9%, enquanto indústria exibiu aumento de 28,7% para 49,6%. É importante salientar que, nesse período, a participação da indústria extrativista aumentou significativamente.

**Tabela 6:** Setores da economia no PIB fluminense – 1996-2006 (%)

Setores	1996	1998	2000	2002	2004	2006
Agropecuária	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Indústria	30,1	29,5	37,7	42,4	47,2	49,7
Serviços	69,4	70,0	61,9	57,2	52,4	49,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (1996, 1998, 2000, 2002, 2004 e 2006)



Nos anos finais do século XX e iniciais do século XXI, observa-se uma relativa recuperação no dinamismo econômico estadual, resultado direto, mas não exclusivo, da produção de petróleo na Bacia de Campos, seguido por outros setores industriais como a siderurgia, metalurgia, mecânica, automobilística e a química, que se expandiram e modernizaram, significativamente, o interior fluminense (SILVA, 2012).

Moraes; Santos (2019), analisando os investimentos anunciados e dados de empregos e estabelecimentos no ERJ, entre outros indicadores identificam uma tendência de reconcentração espacial na RMRJ, revertendo tímido processo de desconcentração anterior. Para os autores,

[...] há de se ressaltar a concentração de investimentos e industriais na metrópole e seu entorno, embora, aos poucos, o interior esteja passando por um processo de ressignificação de seu território, que é propiciado pelo perfil de novas cidades, sobretudo as médias e de porte médios, dinamizadas pela instalação de investimentos industriais relacionados às indústrias automobilística e petrolífera (MORAES; SANTOS, 2019, s/p).

Os autores chamam a atenção para a ressignificação seletiva do interior, mostrando que, apesar da tendência de reconcentração, algumas regiões exibem dinamismo no número de empregos na indústria de transformação, especialmente o Médio Vale Paraíba e o Norte Fluminense. Dessa forma, algumas regiões historicamente marcadas por adensamento industrial continuam a concentrar os estabelecimentos e os empregos na indústria de transformação estadual.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto anteriormente, o desenvolvimento econômico e produtivo do ERJ, se relaciona, em boa medida e por um amplo período, com o processo de consolidação e estruturação da indústria brasileira. Apesar do pioneirismo de seu desenvolvimento econômico e industrial, o ERJ sofreu, ao longo do século XX, uma relativa expansão e adequação de sua capacidade produtiva, culminando num aparente processo de “esvaziamento” econômico. Esse esvaziamento não se traduziu em perdas absolutas, senão em perdas relativas de importância produtiva e econômica mediante a média nacional.



A atividade portuária do século XVIII, vinculada à mineração em Minas Gerais, e a posterior transferência da capital da colônia, mais tarde do império e do país, ajudam a explicar o processo de desenvolvimento urbano e industrial inéditos até meados do século XIX. No entanto, tais processos se concentraram espacialmente na CRJ, levando a uma abissal diferenciação no desenvolvimento das estruturas urbano-industrial da atual capital do estado em relação ao seu interior, este marcado por alguns pontos (Médio Vale Paraíba, Norte Fluminense e Serrana) de relevância econômica no contexto regional.

Outro importante fator tem sido a presença, quase que constante, do Estado nos investimentos infraestruturais e em plantas produtivas de indústrias de base, atrelando, repetida vezes, o desenvolvimento econômico à existência de incentivos estatais diretos e indiretos. Por essa razão, temos uma dependência historicamente desenvolvida em território fluminense em relação à presença maciça de investimentos estatais, particularmente da presença das sedes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Petrobras, da Eletrobrás, entre outras.

Quanto ao objetivo do trabalho de retomar uma discussão histórica, mas não exclusiva, acerca da constituição da indústria fluminense e suas lógicas de localização espacial, verificamos a tendência histórica de perda de importância relativa do ERJ na indústria nacional, a dependência em torno dos investimentos estatais como propulsores da dinâmica econômica estadual e a concentração espacial da atividade econômica na RMRJ com poucos extravasamentos seletivos. O ERJ conseguiu, ainda, manter certo protagonismo em algumas atividades produtivas, tendo, entre os anos 1990 e primeira década do século XXI, apresentado expansão das indústrias metalmeccânica e de exploração de petróleo, respectivamente, no Médio Vale Paraíba e no Norte Fluminense.

## 7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. L. Um estado fundido: **Contribuições para o debate em torno da “defusão” dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara**. Economia, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 5-33, jun. 2005.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. 1ª ed. Campinas, Unicamp, 2002.



CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. Série 30 Anos de Economia, n. 1, 1998.

COSTA, L. I. S. **Dinâmica Econômica e Locacional dos Investimentos na Indústria Fluminense (2010-2017)**. Orientador: Dr. Leandro Bruno Santos. 2019. 157 f. Dissertação de Mestrado (Curso de Mestrado em Geografia - UFF - Universidade Federal Fluminense), Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

LEVY, M. B. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

LIMONAD, E. **Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense**. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOBO, E. L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro, IBMEC, vols. 1 e 2, 1978

MAGALHÃES, J.P. (Coord.) **Projeto pró-Rio: problemas e potencialidades do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Ieps), 1983.

MELO, H. P. & CONSIDERA, C. M. **Industrialização fluminense –1930-1980**. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, vol. 1, n. 3. 1986.

MORAES, A. M.; SANTOS, L. B. Indústria e organização espacial: lógicas locacionais dos investimentos na indústria de transformação no estado do Rio de Janeiro (2006- 2016). **Espaço e Economia [Online]**, 15, 2019, posto online no dia 03 novembro 2019, consultado o 20 de fevereiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/8443>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.8443>

NATAL, J. L. **O estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica. Rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Faperj-Pubblicati, 2005.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação Produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Tese de Doutorado - USP, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação produtiva, território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2008

PIGNATON, A. A. G. Origens da industrialização no Rio de Janeiro. Revista Da dos, n. 15, 1977

SILVA, Robson D. **Rio de Janeiro: crescimento, transformação e sua importância para a economia nacional (1930-2000)**. Campinas, Unicamp. Dissertação de Mestrado, 2004.



---

SILVA, Robson D. **Território e desenvolvimento**: as raízes da centralidade do Rio de Janeiro na Economia Nacional. Estudos Históricos: Território e Espaço, Rio de Janeiro, n. 40, p. 91-113, jul./dez. 2007.

SILVA, Robson D. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro: 1990-2008**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 258 p.

TANNURI, L. A. **O encilhamento**. São Paulo, Hucitec, 1981

VERSIANI, F. R. **Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização**: Rio e São Paulo no início do século. Revista de Economia Política, v. 13, n. 4, out./dez. 1993.